

Americanismo x iberismo: a influência do modelo educacional norte-americano no final do século XIX

*César Romero Amaral Vieira**

Resumo

Este artigo tem por objetivo verificar a influência do protestantismo norte-americano na constituição do pensamento republicano brasileiro, de modo a compreender como ele se fez presente em uma das reformas mais significativas para o desenvolvimento da instrução pública paulista: a reforma da escola normal de 1890. O protestantismo é aqui tomado como representante de uma força simbólica capaz de, associada a outras condições conjunturais, pôr em movimento o processo de modernização da sociedade brasileira por meio da educação, propiciando novas configurações conceituais a partir da circulação de um novo modelo de organização escolar. Esse contexto de mudanças garantiu a este protestantismo, um papel importante em razão do estabelecimento de seus colégios e de sua proximidade com setores ligados às elites republicanas paulistas, que encontravam nos Estados Unidos o modelo a ser seguido e, nos imigrantes norte-americanos, o caminho para atingirem seus propósitos.

Palavras-chave: Protestantismo; Americanismo; Modernização; Reforma; Educação.

Americanism versus iberism: the influence of the American educational model at the end of the 19th century

Abstract

This paper aims at analyzing the influence of the North American Protestantism in the construction of the Brazilian Republican thought in order to understand how it influenced one of the most meaningful reforms for the development of public instruction in the state of São Paulo: the normal school reform of 1890. Protestantism is taken here as a representative of a symbolic power, which associated to other contextual conditions, was able to set into motion the process of modernization of the Brazilian society through education. This promoted the emergence of new conceptual configurations out of the development of a new school organization model. This context of change guaranteed to this Protestantism an important role as a result of the foundation of its schools and its contiguity to social sectors associated to the Republican elite of the State, who found in the United States the model to be followed and in North American immigrants the way to reach their objectives.

Keywords: Protestantism; Americanism; Modernization; Reform; Education.

Introdução

A utilização do modelo do atraso da sociedade brasileira como um vício de origem, gerado pela herança do patrimonialismo ibérico, é uma temática recorrente na tradição das ciências sociais brasileiras e encontra, em seu leito, tanto influxos convergentes como divergentes. Um dos defensores desse modelo de análise é Raymundo Faoro. Em seu livro *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro* (2001) ele sustenta a clássica tese de que as mazelas do estado e da nação brasileiras são conseqüências do colonialismo forjado pelo Estado português e transplantado para a colônia americana. Estabelece o quadro das explicações estruturais que evidenciam as causas do atraso brasileiro, propondo que o exercício do poder político

no Brasil, cuja origem remonta à formação do Estado português, seja interpretado a partir da configuração estatal de sociedade patrimonial-estamental.

Essa vertente que busca, a partir dessa análise, identificar os principais obstáculos que impediram o Brasil de ser um país moderno, propiciou na segunda metade do século XIX o surgimento de correntes de pensamento político que propunham, como condição para o Brasil se inserir no movimento civilizatório mundial, a adoção de modelos que correspondessem às mudanças desejadas. De acordo com Carvalho (1990) e Monarcha (1999), o grupo ou corrente político-ideológica dos intelectuais voltados para o modelo norte-americano foi o que granjeou maior sucesso e posteriormente se constituiu em porta-voz das principais reformas em âmbito jurídico, político e educacional, facilitando a entrada e a permanência do

* Endereço eletrônico: crvieira@unimep.br

protestantismo norte-americano e de seus colégios no Brasil nos primórdios da história da formação da República. Dentre eles, destacaram-se Francisco Rangel Pestana, Francisco Quirino dos Santos, João Quirino dos Santos, Prudente de Moraes Barros, Campos Salles, Bernardino de Campos e Salvador Furtado de Mendonça, dentre outros. Todos tinham em comum o amor pela educação, o mesmo ranço anticlerical característico das elites liberais, o ideal democrático e federativo e, conseqüentemente, uma profunda simpatia pela América no Norte.

Este artigo é um recorte da tese de doutorado em educação, defendida em 2006, sob o título *Protestantismo e educação: a presença liberal norte-americana na reforma Caetano de Campos (1890)* e se propõe a apresentar de forma bastante sucinta alguns traços dessa corrente de pensamento como uma possibilidade interpretativa para se analisar o movimento de modernização brasileiro pelo transplante de modelos organizacionais importados. O objetivo aqui é o de apenas destacar alguns fatos políticos que se sucederam na segunda metade do século XIX e que marcaram o início de uma nova etapa no cenário brasileiro, evidenciando a presença e o predomínio de um modelo conceitual protestante norte-americano no decorrer do processo histórico. Há forte indício de que as ambigüidades surgidas entre a organização do Estado Imperial e o desejo de elevar o país aos patamares mais altos da modernidade, tenham contribuído para o predomínio do modelo pragmático norte-americano em vários setores da sociedade brasileira, em especial, na educação a partir das representações simbólicas que a intelectualidade paulista nutria desse povo.

Pretende-se demonstrar as evidências que confirmam a influência oriunda do modelo de educação norte-americana sobre o processo de reestruturação da instrução pública paulista na passagem da Monarquia para a República, mais especificamente na Reforma empreendida por Caetano de Campos em 1890. Justifica-se esta delimitação espacial e temporal pelo fato de que foi na província de São Paulo, no período da transição dos poderes, que se deu a maior concentração de imigrantes norte-americanos, bem como a implantação de seus primeiros colégios, além do fato de a escola normal de São Paulo, considerada o eixo do sistema escolar paulista, ter sido, nas primeiras duas décadas republicanas, modelo para outros estados do país em matéria de educação, contribuindo para a expansão do ensino elementar e normal.

Para a realização da tese, foram consultados: jornais e almanaques literários do período, discursos e

relatórios oficiais, decretos e resoluções do governo provisório do estado de São Paulo, manuscritos e cartas de educadores e missionários. Além de obras e outros documentos que circunscrevem o período histórico e evidenciam as relações sociais mais significativas para a compreensão do problema proposto.

O espírito da civilização moderna

No primeiro quartel do século XIX, a história política da monarquia brasileira pode ser resumida dessa maneira: a) no plano nacional, como uma tentativa de controle de grupos dominantes, constituídos pelo imperador e seu aparato estamental, pelos grandes proprietários rurais que se alternavam entre o apoio ao poder central e o incontido desejo de autonomia, pela Igreja Católica e pelo Exército, suporte das ações centralizadoras; b) no plano internacional, pelo interesse da Inglaterra em conservar e expandir seu domínio político e econômico sobre o conjunto da sociedade. Este controle era exercido por uma teia de relações fundadas no compadrio que garantia a permanente tomada do poder central para fins próprios, criando as condições necessárias à reprodução do capital e à preservação do círculo impermeável de comando existente no país. Era ele fundamentado na santidade das tradições que legitima o poder daqueles que têm por direito dominar, fruto do tipo de dominação tradicional de uma sociedade patrimonial-estamental. Conforme classifica Weber (1991, p. 141), este tipo de dominação é “baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional)”.

Na configuração estatal de sociedade patrimonial, o predomínio da cidade sobre o campo faz parte das relações específicas de subordinação/dominação. O comando se dá por meio de um grupo estamental representado por uma minoria que controla, deturpa e sufoca, propiciando ao Estado uma organização política e administrativa capaz de garantir benefícios de poder, prestígio e riqueza. Esse tipo de análise sustenta que, no rastro do Estado português, esse modelo foi transplantado para a colônia americana auferindo e conservando o mesmo monopólio dantes exercido sobre os homens e o comércio.

Ao mesmo tempo em que o patrimonialismo é uma organização política fechada sobre si mesma, o estamento, que lhe dá sustentação, é representado por

um quadro administrativo de caráter burocrático do tipo tradicional de dominação pública e tem por prerrogativa apropriar-se da coisa pública como extensão de seu patrimônio pessoal. De acordo com Faoro (2001, p. 127), coube a Dom João III (1521-1557), o Rei Povoador, com a implantação do sistema de capitâneas hereditárias e a instituição de um governo-geral sob o comando de Tomé de Souza, inaugurar essa linha de pensamento ao prescrever o modelo de dominação e exploração que seria desenvolvido no Brasil, como garantia de um prolongamento do Estado português.

Após a segunda metade do século XIX, o Brasil inicia um surto de progresso e de prosperidade, ímpar na história do Império. A promulgação da Lei *Aberdeen*, que estabeleceu o fim do tráfico de escravos em 1850, e o plano de desenvolvimento da indústria cafeeira fizeram com que houvesse internamente disponibilidade de capitais. Isto contribuiu para acelerar transformações, tais como a constituição de sociedades anônimas, a inauguração da primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro, a fundação do Banco Hipotecário, o aparecimento e aperfeiçoamento dos meios de transporte com as estradas de ferro, o aumento do número de escolas e do índice de alfabetização, além do conseqüente processo de urbanização e industrialização com o crescimento dos grandes centros.

Se, por um lado, o rápido progresso neste período representava o distanciamento do velho padrão colonialista que impedia e limitava o crescimento econômico do Brasil, imposto pelo absolutismo português e suas restrições ao livre-comércio como medida de controle, por outro lado, significava uma substituição dos vínculos de dependência a uma outra nação estrangeira, gerando um sentimento ambíguo de interesse e rejeição. Cabia ao Estado a responsabilidade de controlar esse sentimento nacional adequando-o às novas exigências de progresso impostas pelo mercado internacional.

Foi nesse contexto, convulsionado por reformas, principalmente nos setores mais estratégicos, que emergiram os principais elementos do conflito que, insuflados pelos fortes ventos liberais, atingiram os trópicos e abriram caminho para a penetração de novos ideais e modelo de governo para o Brasil. Esses ventos tempestuosos criaram as condições propícias para a convergência de diversos fatores que há tempos fermentavam nos porões da realidade caótica do Império, alimentando assim a anunciada crise do segundo reinado. No plano político, dentre outros, podem ser destacados: o fim do exaustivo confronto com o Paraguai (1864-1870); o Manifesto Republicano

(1870) e o surgimento do Partido Republicano Paulista – PRP (1873); a progressiva extinção da escravidão posta a termo em 1888; a retomada dos esforços para atrair imigrantes como conseqüência direta dos efeitos previstos pela aprovação da Lei do Ventre Livre (1871); o conflito aberto entre o trono e o altar, decorrente da *questão religiosa* (1872-1875); e a insatisfação militar que recrudescer na *questão militar* a partir de 1883. No plano das idéias dá-se a reformulação do pensamento brasileiro influenciado pela presença de novas correntes filosóficas e doutrinas religiosas tais como o evolucionismo, o materialismo, o positivismo, o protestantismo e pelas principais medidas liberalizantes propostas pelo Estado civil, tais como a liberdade de religião, o casamento civil, a secularização dos cemitérios e a liberdade de imprensa. Nas duas décadas que antecederam a República, o ambiente social brasileiro – reflexo das mudanças históricas que estavam se processando em outras partes do globo – estava de tal modo carregado pelo pensamento cientificista e liberal que marcou um processo de renovação das mentalidades, que Roque Spencer Maciel de Barros chamaria este período de época da *ilustração brasileira* (1986).

O modelo liberal norte-americano

Fruto das condições sócio-econômicas e políticas de um país periférico à nova ordem mundial, o liberalismo no Brasil tem sido percebido como uma presença de cunho bastante conservador. Este conservadorismo é evidenciado pelo fato de que muitos de seus adeptos, em geral, estavam ligados aos interesses do desenvolvimento da economia de exportação e importação e tinham seus nomes relacionados à estrutura tradicional de produção, ou seja, eram donos de latifúndios e elevado número de escravos, mas desejavam, ao mesmo tempo, garantir os benefícios que esse termo propiciava. Para Richard Morse (1988, p. 89), o liberalismo praticado no Brasil tornou-se, em diferentes amálgamas, propriedade tanto de partidos ou regimes liberais quanto de conservadores. Por isso, é correto dizer que o movimento modernizante brasileiro, nesse período, estava submerso no contexto de uma modernização conservadora em que não se pressupunha ruptura com a antiga configuração estatal de sociedade patrimonial-estamental, mas apenas a sua reformulação.

Se não bastasse o problema das contradições conceituais e da legitimidade de seus interlocutores, o liberalismo no Brasil, diferentemente do dos Estados Unidos e da Inglaterra, desenvolveu-se, no dizer de Morse, alheio à cultura política. No universo ibero-

americano, o liberalismo e a democracia não estavam na mesma pauta, por isso nasceram e se desenvolveram independentemente.

Assim, pode-se considerar que as doutrinas liberais ganharam forças a partir de outras matrizes e só tardiamente foram absorvidas pela cultura política de forma mais explícita. Mesmo assim, as maiores pugnas não se deram no patamar dos confrontos entre liberalismo e democracia, mas no nível do desejo de reforma do Estado brasileiro, impellido pelas exigências determinadas pelo avanço do capitalismo mundial e pelas novas idéias insufladas pelos ventos modernizantes que encontravam no progresso norte-americano sua sustentação e modelo.

Os ideais e o sistema de valores norte-americanos passaram a fazer parte integrante dos discursos dos líderes republicanos que cada vez mais se distanciavam do pólo dominante inglês, atacando o regime monárquico com violentas campanhas, sobretudo pela imprensa, pelas lojas maçônicas e pelas conferências públicas:

A propaganda republicana se fez em parte em torno do argumento de que a República fazia parte da identidade americana. República e América eram o novo, o progresso, o futuro. (Carvalho, 1998, p. 110)

A educação passou a ser vista como um dos principais instrumentos privilegiados para elevar o país a seu verdadeiro posto, mas faltava determinar qual o tipo de educação mais apropriada para cumprir as exigências do futuro. É a partir da década de 1870 que o protestantismo missionário norte-americano instalou-se definitivamente no Brasil, por meio de suas escolas, com ênfase no pragmatismo, na maior participação do aluno, na educação física e em outras temáticas inovadoras.

Nesse período, o interesse crescente dos intelectuais liberais brasileiros pelos imigrantes norte-americanos já se fazia notar em seus discursos cada vez mais inflamados a respeito daquele povo. Esses olhavam para as instituições americanas como um modelo a ser seguido e os imigrantes norte-americanos como meio para atingirem tais propósitos, independentemente de sua representação real no cenário político-social do contexto do pós-Guerra Civil de um país profundamente dividido. No imaginário brasileiro, o imigrante norte-americano era antes o paradigma do progresso e do desenvolvimento moderno, graças a seu elevado nível de comportamento democrático na vida social, além de “representar uma significativa contribuição para a

solução do problema da mão-de-obra agrária qualificada, [que] viria exercer sobre a população local efeitos morais, civilizadores, de renovação da mentalidade acanhada da época” (Barbanti, 1977, p. 95).

A solução federalista norte-americana, com seu sistema de divisão de poderes, atraía tanto os propagandistas republicanos quanto os proprietários rurais, principalmente paulistas, que viam na descentralização do poder a possibilidade única para a manutenção de seus interesses particulares e garantia da unidade do país. Ou seja, a manutenção da liberdade só se daria pela autonomia local e não por um poder central controlador. O federalismo era visto como o motor principal para a produção da liberdade, em oposição ao centralismo dominante na sociedade monárquica.

É certo dizer que este pensamento já estava presente na agenda da América Latina desde a primeira metade do século XIX, como uma crítica radical ao Estado conservador e monárquico, calcado na apropriação da terra e na força do trabalho escravo como obtenção de lucro, e na centralização do poder como modo de controle social. Essa crítica radical parte principalmente dos grupos chamados *americanistas*. Entretanto, Vianna (1997) alerta para o fato de que no Brasil, devido ao estabelecimento de uma monarquia após a Independência, diferentemente dos países vizinhos que adotaram a forma republicana depois de suas guerras anticoloniais, as principais críticas dos *americanistas* não se deram, num primeiro momento, propriamente em desacordo com a forma de governo monárquico, mas prioritariamente a favor de sua reformulação.

Embora o sentimento de revolta faça parte da historiografia brasileira, sobremodo presente na passagem do período colonial para o imperial, suas raízes jamais encontraram solos profundos e férteis. O Brasil, segundo a classificação de Vianna (1997), é o lugar por excelência da revolução passiva. Em outras palavras, seria dizer que no Brasil as elites dominantes sempre se anteciparam ao processo revolucionário seguindo a lógica do conservar-mudando, de acordo com a expressão desse autor (1997); ou da conciliação no sentido aqui empregado por Michel Debrun (1983), como a “cooptação de parceiros cuidadosamente escolhidos, mediante uma combinação de estímulos e pressões capazes de retê-los na órbita do poder” (p. 55). Essas duas lógicas, que de certa forma na verdade se completam, podem ser compreendidas como uma forma de tolerância (meios) entre os iguais com o objetivo de continuar dominando (fim) independentemente dos humores e das variações

políticas e sem a externalização de conflitos. Acredito que esses conceitos possam ajudar na melhor compreensão das reais motivações que estavam por trás dos períodos harmônicos da história brasileira.

Ao longo da história do Brasil monárquico, diversos personagens se destacaram por sua inclinação à opção americana como alternativa capaz de reformar profundamente a sociedade e de superar os vícios deixados pelos colonizadores. Foi Tavares Bastos quem dramatizou ao máximo, em seus discursos frente às principais tribunas públicas, sua admiração absolutamente irrestrita pela forma de organização dos Estados Unidos da América e pelas coisas americanas, destacando-se como um de seus mais aguerridos defensores.

O edifício lógico do pensamento político-social do deputado alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos está assentado no contraste percebido entre o progresso pujante da livre e independente nação norte-americana e de sua tradição advinda de Washington e Lafayette, e o atraso imobilizador dos povos ibéricos, acentuado drasticamente pelos vícios maléficis do sistema colonial. Para ele, toda reforma demandava tempo e persistência para lutar e superar as adversidades. Ela não podia descender de um capricho do rei, mas devia ser o resultado pacífico da opinião que, ao se esclarecer, imprimiria a energia, de suas convicções nos dois grandes mandatários, o parlamento e a imprensa. Embora soubesse que essas virtudes não se encontravam de *per se* na constituição da sociedade, depositou esperanças quase utópicas no evolucionismo das idéias do progresso, mesmo que essas esperanças ainda estivessem entregues às estruturas corroídas do governo imperial.

Tavares Bastos foi um dos principais diretores da Sociedade Internacional de Imigração, fundada na Corte em 1866 (cf. Vieira, 1974, p. 153). Dentre suas reivindicações destacam-se as medidas que facilitassem a entrada de imigrantes norte-americanos no país, tais como a melhoria dos meios de transporte internacional, o casamento civil e a liberdade de culto.

Os debates sobre a influência americana no Brasil atingiram diversos patamares na sociedade brasileira e envolveram uma parcela bastante considerável de intelectuais preocupados com o futuro da nação. Esse debate esteve presente na agenda nacional, principalmente durante o período de constante preocupação e divergência quanto aos rumos a serem tomados pela nação comandada por Dom Pedro II.

Na contramão daqueles que atribuíam o atraso brasileiro à persistência histórica do mundo ibérico, a figura de Eduardo Prado surge como precursora de um

movimento que influenciou enormemente uma outra geração de intelectuais, que, preocupados com a forte presença americana no ideário dos movimentos de libertação nacional e na própria sociedade, defendiam o resguardo de valores nacionalmente consagrados.

Propagandista anti-republicano e defensor da restauração monárquica, após a proclamação da República brasileira, editou o seu mais polêmico livro *A ilusão americana*, em 1893. O livro foi considerado proibido e confiscado pela polícia de São Paulo, por ordem do Marechal Floriano Peixoto em 2 de dezembro de 1893. Após este fato, Eduardo Prado exilou-se na França de onde passou a combater duramente o novo regime através de artigos em jornais e revistas. No prefácio à segunda edição, publicada em Paris, em 1896, escreveu: “Este desprezioso escrito foi confiscado e proibido pelo governo republicano do Brasil. Possuir este livro foi delito, lê-lo, conspiração, crime, havê-lo escrito” (Prado, 1980, p. 15). Morreu aos 41 anos vitimado pela febre amarela, quando retornava ao Brasil, em 1901.

Contrário ao fluxo das correntes caudalosas nas quais navegava o pensamento dos intelectuais ligados à corrente americanista, via com temor e descrédito a desvalorização que o novo modelo impingia ao tradicionalismo, à monarquia e ao catolicismo. No início de sua obra, afirma:

Pensamos que é tempo de reagir contra a insanidade da absoluta confraternização que se pretende impor entre o Brasil e a grande república anglo-saxônica, de que nos achamos separados, não só pela grande distância, como pela raça, pela religião, pela índole, pela língua, pela história e pelas tradições do povo. (Prado, 1980, p. 17)

Segundo o pensamento de Eduardo Prado, não havia nenhum sentimento de fraternidade que pudesse unir as duas nações. No seu modo de entender, o Brasil e os Estados Unidos estavam irremediavelmente separados. Nesse sentido, o ideal de fraternidade americana não passava de uma mentira e, assim, transplantar o modelo norte-americano seria, em sua visão, um grande erro que traria confusão e desordem. “O furor imitativo dos Estados Unidos tem sido a ruína da América [...] as sociedades devem ser regidas por leis saídas de sua raça, da história, do seu caráter, do seu desenvolvimento natural” (Prado, 1980, p. 52). Pouco citado na historiografia brasileira, suas análises constituíram-se no período numa voz isolada e corajosa de protesto contra a alienação do Brasil e dos demais países latino-americanos. De acordo com Oliveira (1999), o livro de Eduardo Prado representa a

primeira obra a trazer uma visão antiamericana, muito antes de serem desfraldadas as bandeiras contra o imperialismo ianque.

Os republicanos e a educação idealizada

O modelo educacional proposto desde os tempos da colônia até o Império é tratado pela historiografia brasileira como um aparato propiciador e mantenedor da estrutura colonial. O único ensino formal até meados do século XVIII era o oferecido pelos padres da Companhia de Jesus definido pelo sistema educacional conhecido por *Ratio Studiorum* de 1599. Este empreendimento se estabeleceu por cerca de 160 anos, criando seus próprios mecanismos para a manutenção e consolidação de seus projetos missionários na metrópole e nas colônias. Os colégios jesuítas tinham como finalidade principal serem centros de formação sacerdotal e introduzir as crianças índias no ensino das primeiras letras e no catecismo elementar. Além desse aspecto de expansão religiosa, incumbiram-se também da formação de um restrito quadro destinado à organização da colônia em seus aspectos políticos, administrativos e judiciais, através de uma instrução eminentemente elitista centrada no humanismo cristão (cursos inferiores) e na filosofia e teologia (cursos superiores).

Com o passar dos anos, a Companhia de Jesus tornou-se um empecilho aos propósitos de Portugal, que, seguindo as fortes tendências ditadas pelo Iluminismo florescente e de olho na passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial, almejava a recuperação da economia através de uma concentração maior do poder real e da modernização da cultura portuguesa para poder fazer frente aos novos avanços. Era necessário um aproveitamento maior da colônia brasileira e isso só seria possível com a expulsão dos jesuítas de todos os seus domínios. Neste período, uma série de medidas reformistas foi introduzida no Brasil, em particular na capitania de São Paulo, que a partir daí passou a apresentar uma substancial melhora em sua organização sócio-política e econômica, principalmente no que tange à circulação de novas idéias iluministas que se definiam pelo seu forte sotaque lusitano. É dessa forma que o mesmo Alvará formulado em 28/6/1759, que definiu a expulsão dos Jesuítas, também estabeleceu a reforma dos estudos menores e a introdução do ensino público propriamente dito.

O vácuo que se formou entre a suspensão do sistema educacional jesuítico e as pretensões pombalinas contidas nesse Alvará, não foi preenchido de imediato. Ainda por cerca de 13 anos predominou a

completa improvisação no ensino formal primário por falta de uma regulamentação específica para as escolas de primeiras letras. Mesmo com toda a mudança proporcionada pelas reformas pombalinas que objetivava a modernização da cultura portuguesa, a situação do ensino público na cidade de São Paulo, como em toda colônia, no início do século XIX, ainda era lastimável. Poucos foram os resultados alcançados e reinava um sentimento de total desconfiança e insatisfação na sociedade, principalmente na elite que se sentia prejudicada com o desmanche de um ensino apropriado às suas expectativas.

Posteriormente, a necessidade de reorganizar e readequar estruturalmente o aparato administrativo brasileiro para a instalação imediata do governo português no Rio de Janeiro provocou um novo ajustamento ou uma nova acomodação no sistema de ensino praticado até então, no sentido de aparelhar a corte portuguesa de pessoal mais diversificado. Esses ajustes eram necessários para dar conta de um novo fenômeno que se fazia mais aparente: o do adensamento dos espaços urbanos em função do crescimento das grandes cidades provocado pela vinda da família real. Esse fenômeno foi mais visível na sede da coroa portuguesa, mas também se alastrou por outros arraiais da colônia.

Entretanto, de acordo com a historiadora da educação brasileira Tanuri (1973, p. 8), somente a partir de 1870, “quando se consolidaram as idéias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como de liberdade de ensino”, os projetos educacionais passaram a ser vistos como prioridade. A década de 1870 pode ser considerada como um divisor de águas, representando o início de uma fase de grandes transformações que atingiram vários setores da vida do país e, em especial, o ensino público. Neste período, a província de São Paulo foi responsável por um crescimento populacional e material bastante expressivo, dado o processo de urbanização ocorrido a partir dessa década, e pelo deslocamento do centro de desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro para São Paulo, grandemente impulsionado pelo desenvolvimento do setor cafeeiro.

No plano político, esta é a fase da renovação do pensamento nacional, criando as bases necessárias para o avanço das idéias modernas em gestação. A educação seria assim utilizada como um meio propício de reprodução e assimilação de uma nova cultura dominante, não pela imposição ou coerção social, mas pelo reconhecimento de sua legitimidade, ou seja, pelo consentimento. Faltava-lhe apenas um modelo de referência bem-sucedido a ser seguido que pudesse, ao

ser transplantado, libertar o Brasil das amarras de um passado concebido no calabouço do obscurantismo português. Segundo expressão formulada por Warde (2000), um modelo que pudesse expiar o país de seu pecado original, conforme os desejos de um progresso repentino. Coube aos Estados Unidos serem esse modelo. Os propagandistas republicanos paulistas vinculavam as idéias federalistas à imagem do novo, do moderno, do civilizado, imagens que encontravam sua nitidez nos Estados Unidos da América. A escola seria assim o instrumento para abrir o caminho que levaria a nação a forjar o homem novo racional e industrial, segundo o modelo norte-americano.

É bom deixar claro que as idéias sobre educação propostas pelos republicanos não podem ser vistas como um conjunto de pensamentos e tendências uniformes. Entretanto, devido à impossibilidade de se fazer aqui uma distinção entre os indivíduos e os grupos, considerarei que a tendência geral na organização do sistema educacional defendida pelos republicanos paulistas podia ser mais bem definida em relação a sua dupla finalidade: derrubar a Monarquia e instituir um novo regime político descentralizado, federativo e republicano.

A grande reforma

Depois de proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, foram indicados pela comissão permanente do Partido Republicano Paulista, para constituir o Governo Provisório do estado de São Paulo, os cidadãos Rangel Pestana, Prudente de Moraes e Joaquim de Souza Mursa. Em 3 de dezembro de 1889, Prudente de Moraes Barros foi nomeado governador do estado. Como era de se esperar, aproveitou o clima reformista para propor a reforma da instrução pública e da escola normal, incumbindo o correligionário e amigo Rangel Pestana para esse objetivo. Pestana indicou para dirigir a escola normal, Antônio Caetano de Campos, que, desviando-se de suas reais funções, aceitou a importante incumbência de dirigir esta instituição.

Três meses depois, pelo Decreto nº 27 de 12/3/1890, Prudente de Moraes apresentou a chamada *grande reforma*, que, em síntese geral, reformulava a escola normal e convertia em escolas-modelo as escolas anexas. Com as seguintes considerações, justificava-se a reforma da escola normal de São Paulo:

Considerando que a instrução bem dirigida é o mais forte e eficaz elemento do progresso e que ao governo incumbe o rigoroso dever de promover o seu desenvolvimento;

Considerando que de todos os fatores da instrução popular o mais vital, poderoso e indispensável é a instrução primária largamente difundida e convenientemente ensinada;

Considerando que, sem professores bem preparados, praticamente instruídos nos modernos processos pedagógicos e com cabedal científico adequado às necessidades da vida atual, o ensino não pode ser regenerador e eficaz;

Considerando mais que a escola normal do Estado não satisfaz as exigências do tirocínio magistral a que se destina, por insuficiência do seu programa de estudos e pela carência de preparo prático dos seus alunos: [...]
(Decretos e Resoluções, 1897, p. 30)

Com ênfase na preparação de professores públicos primários, tônica exaustivamente reforçada por Rangel Pestana e Caetano de Campos, a importância da Reforma recaía sobre as escolas-modelo anexas à escola normal como lugar de prática de regência das cadeiras para os alunos do 3º ano, conforme determinava o *Regulamento da escola normal* (1890, p. 25), e de difusão dos novos métodos de ensino. Lá, a nova organização deveria ser testada, corrigida e aperfeiçoada para somente depois ser convertida em modelo para uma ampla reforma da instrução pública paulista.

As escolas-modelo foram concebidas, à semelhança das *training schools* norte-americanas, como campo de experimentação e observação de novas técnicas e atuação dos professores. Isso mostraria à sociedade paulista a diferença entre a Monarquia e a República no que dizia respeito à educação do povo.

Casemiro dos Reis Filho (1995, p. 44) tece a esse respeito uma consistente argumentação sobre o processo de transplante cultural que, em teses gerais, corrobora a análise aqui adotada, ao dizer que “o decreto, a regulamentação, a norma codificada constituem, nos países de origem colonial, o instrumento por excelência para reforma.” Ao questionar o uso desse mecanismo regulatório, o autor quer chamar a atenção para a força que a tradição colonialista representa na formação do pensamento nacional e que, por sua vez, o mantém sob constante dependência das estruturas externas colonialistas. Para ele, o processo de transposição cultural através da sobreposição de imagens (colono/colonizador) é uma característica própria da relação dominador e dominado, que se perpetua em constante reatualização. Se antes o modelo em matéria de ensino era o europeu, em especial o da França, a partir do final do século XIX o modelo passou a ser o homem civilizado, racional e industrial moderno, em especial o norte-

americano. E os meios para se alcançar essa nova idealização de homem moderno passavam exclusivamente pelo direcionamento que seria dado à reforma educativa.

Algumas vozes mais cautelosas se levantaram contra os excessos que poderiam ser cometidos ao se transplantar o modelo norte-americano irrefletidamente, simplesmente como uma cópia. Dentre elas, a lúcida reflexão de José Veríssimo em *A educação nacional* (1906), em que transparece seu receio de que a imitação pudesse provocar a perda das modalidades especiais do caráter nacional. Para ele, era “preciso não confundir a adaptação inteligente, a assimilação perfeita, com a cópia servil ou arremedo grotesco” (p. 177).

A educação era assim vista como um fator de mudança com características mágicas, pois acreditava-se que, agora no poder, bastava dar valor legal aos modelos importados para que eles se tornassem eficazes, sem levar em conta os aspectos culturais de uma e de outra realidade. A transposição de modelos importados, consagrados pela legislação, desempenharia um papel educativo. Estava posta, pois, a clara intenção de sobrepor a imagem à realidade. Para usar uma metáfora muito utilizada por Monarcha, em seu livro *Escola normal da praça: o lado noturno das luzes* (1999), a Constituição seria a voz máxima a ser ouvida, o espelho refletor que faria alcançar a “luz do progresso” a todos os recantos obscuros da sociedade brasileira.

Foi o missionário protestante norte-americano, Horace Lane, membro do Instituto Histórico de São Paulo e conselheiro para assuntos educacionais do governo paulista, quem recomendou duas mulheres protestantes, Miss Márcia P. Browne e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, como conhecedoras experientes do método intuitivo. Ambas estiveram à frente das inovações implantadas na escola normal desde a reforma de 12 de março, sendo que Miss Márcia P. Browne permaneceu por mais tempo à testa dos trabalhos de ampliação e organização de novas escolas-modelo na rede de ensino público do estado de São Paulo. Reis Filho (1995) sustenta a hipótese de que a visão de Caetano de Campos sobre a formação técnica dos professores reduzia-se aos exercícios práticos da escola-modelo. Por isso ele sabia da necessidade de se ter bons mestres, conhecedores do método intuitivo que pudessem transmitir seus conhecimentos práticos aos normalistas. Essa hipótese pode ser verificada pelo entusiasmo e dedicação com que Caetano de Campos exerceu sua função e pelo carinho com que sempre se referia às escolas-modelo, evidenciado em carta dirigida ao editor do *Estado de São Paulo*, em 1890, na qual deixa

transparecer sua expectativa quanto ao papel que as escolas anexas desempenhariam na reforma. Para Caetano de Campos, “a chave de toda a evolução do ensino escolar, como a concebe o Decreto de 12 de março, repousa na escola-modelo, mais do que sobre a ampliação do curso superior, com a criação de novas cadeiras” (1936, p. 20-21).

A norte-americana Miss Browne e a brasileira educada nos Estados Unidos Maria Guilhermina foram assim os esteios da reforma na condução das duas escolas-modelo. Coube à primeira dirigir a seção masculina e à segunda a seção feminina da escola-modelo do Carmo, anexa à escola normal de São Paulo. Estava, assim, instalado o processo de renovação do ensino primário na capital.

Embora citadas nas páginas da história da educação brasileira, muito pouco se conhece da vida dessas duas mulheres. Sabe-se um pouco mais de Miss Browne. Segundo os registros encontrados, tanto nas referências de João Rodrigues (1930), como no livro-ponto da escola-modelo, Browne permaneceu como diretora entre os anos 1890-1894 e logo foi nomeada diretora da Escola-Modelo da Luz ou Prudente de Moraes, antes de retornar definitivamente aos Estados Unidos em 1896. Descrita como uma figura de difícil trato, autoritária e pouco afeita a contrariedades, Miss Browne destacou-se por sua personalidade combativa à frente das escolas-modelo, agindo como uma guerreira dedicada e valente.

Recentemente, a pesquisadora Carla Simone Chamon (2005) empenhou-se em fazer um estudo sobre Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e sua inserção no campo educacional brasileiro, em especial no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, reabilitando sua imagem distorcida que figura nas páginas da história da educação paulista. Dentre outras atribuições, a educadora protestante foi responsável por abrir na Corte carioca um jardim da infância e a primeira escola para formação de jardineiras – o Kindergarten modelo. Foi professora, tradutora e autora de diversos livros didáticos. Além de sua participação na implantação da Reforma Caetano de Campos em São Paulo, também participou na Reforma João Pinheiro Carvalho de Brito, ocorrida em Minas Gerais em 1906 (cf. Chamon, 2005, p. 15-20).

Algumas considerações finais

A marcante influência que a cultura norte-americana exerceu sobre a sociedade brasileira pode ser encontrada no pensamento de alguns dos mais destacados intelectuais brasileiros, principalmente dos

autores denominados de culturalistas, que viam na disjuntiva iberismo/americanismo os fatores explicativos para o atraso de um e o sucesso do outro, criando no imaginário popular uma lógica invertida de se ver a realidade, assim como numa imagem que vemos refletida no espelho. Esse modo de se ver e interpretar a realidade, segundo padrões culturais reflexos, legou ao pensamento nacional uma aguçada autocrítica de sua própria imagem, construída a partir de sua herança cultural ibérica. A proclamação da República foi a senha para a sobreposição das imagens que levaria o Brasil ao *status* de uma nação democrática pela imitação de um modelo educacional importado, ou seja, pela imitação do outro a partir da negação de si mesmo.

A pedagogia desenvolvida nos colégios protestantes, responsável por novos métodos e pela co-educação calcada na ideologia liberal que colocava como meta individual o êxito e na soma (dos êxitos individuais) o progresso da sociedade, veio justamente fornecer o respaldo ideológico para os republicanos que buscavam na educação os pressupostos necessários para a implantação e a preservação de suas idéias. Era necessária uma educação que pudesse, ao mesmo tempo, revelar as fragilidades do sistema imperial e manter coesa toda sociedade brasileira em torno dos ideais republicanos de liberdade. As iniciativas protestantes quanto a este objetivo foram bastante significativas e se ampliaram durante as duas primeiras décadas do regime republicano. A influência de seus colégios incidiu mais diretamente na organização escolar e nos processos didáticos que em termos doutrinários propriamente ditos.

Só se pode compreender o relacionamento entre os protestantes norte-americanos e os republicanos paulistas no campo educacional se levarmos em conta a conjuntura de transformação do final do século XIX, o processo de secularização do conceito de *destino manifesto*, que, a partir do século XIX, adquire nos Estados Unidos uma concepção muito mais de cunho político-expansionista do que propriamente religioso e a imagem simbólica que o protestantismo representava na mentalidade da nação. A educação neste período seria assim um instrumental possibilitador do acesso ao poder por parte dos republicanos, e da constituição de uma pretensa hegemonia política, cultural e religiosa por parte dos protestantes norte-americanos. Tanto um quanto o outro necessitavam dessa união, sem a qual poriam em risco as suas reais pretensões. A eficácia simbólica dessa relação se sobrepunha aos papéis reais, dados os interesses que teriam de ser preservados. Os imigrantes e os missionários, que aqui chegaram, eram, portanto,

Horizontes, v. 26, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2008

antes de tudo, norte-americanos, portadores de um mesmo ideal, ainda que fruto de uma adequação a uma realidade falseada, que os tornava distintos dos demais, segundo um modelo próprio e pertencente a uma unidade de relações sociais considerada superior. Assim, para as elites republicanas, a dicotomia entre Norte e Sul foi abolida definitivamente. *Os imigrantes vieram da América, viva os americanos!*

Priorizou-se nas escolas públicas o mesmo método pedagógico já desenvolvido nos colégios protestantes com resultados satisfatórios, o chamado método intuitivo, que, apesar de já ter sido proposto anteriormente pela reforma *Leôncio de Carvalho* de 1879, era praticado somente por algumas pouquíssimas escolas particulares de então. Foram necessárias as reformas republicanas dessa época para que o método intuitivo fosse aplicado também nas escolas públicas de São Paulo. Este método, nos dizeres de Monarcha (1999, p. 179), era uma “síntese eclética” das experiências de Johann Heinrich Pestalozzi e das lições de coisas de N. A. Calkins, que propunha na educação uma renovação dos métodos tradicionais utilizados pelas escolas. Esse método ganhou força no sistema escolar norte-americano que, por meio de iniciativas protestantes, transplantou essa estrutura na tentativa de também propagar suas idéias religiosas e pedagógicas em terras brasileiras.

Referências

BARBANTI, Maria L. Hilsdorf. *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens*. 1977. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – FEUSP, São Paulo, 1977.

BARROS, Roque S. M. de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: EDUSP/Convívio, 1986.

CAMPOS, Caetano de. Carta a um redator de jornal. In: *Escola normal modelo – Escola primária anexa a Caetano de Campos no 48º aniversário de seu falecimento – homenagem da Biblioteca Caetano de Campos*, 1936. p. 19-17.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAMON, Carla Simone. *Maria Guilbermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora – 1839-1929*. 2005. 360 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

DECRETOS E RESOLUÇÕES do Governo Provisório do Estado de São Paulo. 18 de novembro de 1889 a 17 de outubro de 1890. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1897.

DEBRUN, Michel. *A conciliação e outras estratégias*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Ensaio políticos.)

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

MONARCHA, Carlos. *Escola normal da praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Unicamp, 1999.

MORSE, Richard MacGree. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Eduardo Prado: a ilusão liberal. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, I. 3. ed., São Paulo: SENAC, 1999.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. 5. ed., São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1980.

REGULAMENTO da escola normal de São Paulo. São Paulo: Typ. a Vapor do Correio Paulistano, 1890.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista*. Campinas: Autores Associados, 1995.

TANURI, Leonor M. *A escola normal no estado de São Paulo no período da Primeira República: contribuição para o estudo de sua estrutura didática*. 1973. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1973.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 2. ed. São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIEIRA, David Gueiros. O problema do direito civil do imigrante e a queda do gabinete de Olinda – 1866. In: *Revista de Informação Legislativa*. Senado Federal Brasileiro. Outubro a dezembro de 1974, ano XI, n. 44, p. 153-160.

WARDE, Mirian Jorge. *Americanismo e educação: a formação do homem novo*. Disponível em www.pucsp.br/pos/ehps/. Acessado em mar. 2006.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: UnB, 1991. v. I.

Recebido em julho de 2008

Aprovado em setembro de 2008

Sobre o autor:

César Romero Amaral Vieira é doutor em Religião (2000) e Educação (2006), professor colaborador do PPGE/UNIMEP e coordenador do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Metodismo e Educação – NEPEME. Atualmente desenvolve pesquisas sobre: *Educação protestante e história e política educacional na Primeira República*.